

As incertezas do governo

24 DEZ 1992

ESTADO DE SÃO PAULO

SÉRGIO AMAD COSTA

O segundo semestre de 1992 foi marcado por uma queda sensível das atividades econômicas no Brasil, se comparada com a do mesmo período de 1991. E, vale lembrar, naquele ano o Brasil já vinha num ritmo de vagar, quase parando.



Tal quadro pode ser atribuído, num primeiro momento, ao reflexo nos negócios, decorrente do clima político que surgiu com o processo de impeachment contra o presidente Collor. Isto é, as incertezas logicamente provocaram retração nas atividades econômicas.

Mas o pior de tudo é que tais incertezas agora persistem devido às atitudes do novo governo quanto aos rumos da política econômica. Elas, hoje, são as responsáveis por levar os empresários a incharem seus preços e os investidores a cobrarem taxas adicionais de risco em suas aplicações financeiras.

A questão da queda da taxa de juros, hoje tão ventilada pelo Executivo, é uma das incertezas que deixa o mercado mais nervoso. E, basta observar, quanto mais se prega freneticamente a redução dos juros

como meta, a tendência deles é, naturalmente, de alta.

Sabe-se que a redução das taxas de juro por meio de decreto não gera crescimento sólido da economia. Apenas favorece "meia dúzia" de brasileiros, em detrimento do restante da população. Pois o governo certamente não encontrará compradores para os seus títulos e a alternativa será emitir moeda. Resultado: à Nação caberá assumir o ônus da explosão inflacionária.

Em outras palavras, retomar o crescimento por meio da expansão monetária (é isso que acontecerá caso se prossiga com o propósito) causará danos irreparáveis ao País, desprezando todo o sacrifício feito nestes anos para conseguir o desenvolvimento via

produção.

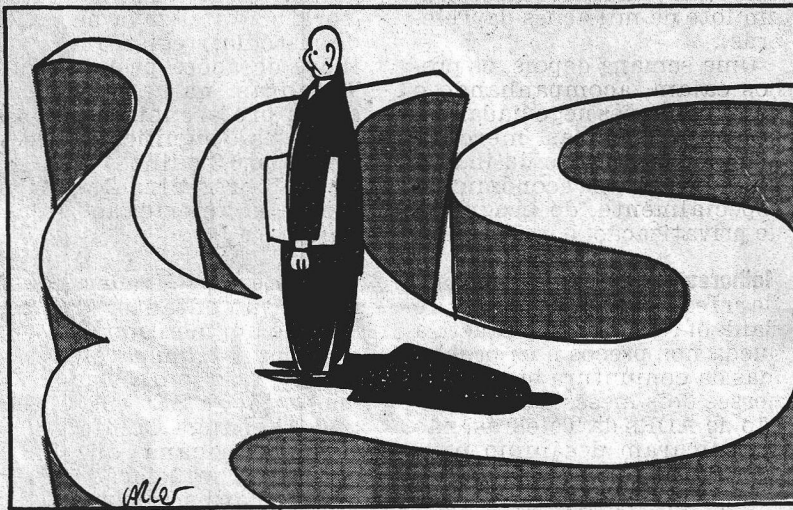
Outra incerteza se manifesta no que diz respeito à privatização. Tudo leva a crer que não há nenhum empenho, infelizmente, da parte do Executivo em dar continuidade ao processo que estava sendo encaminhado pelo governo anterior. Por um lado, é acenada a possibilidade de uma maior participação do capital estrangeiro no processo; porém, por outro, são anunciadas várias novas regras que tornam, na prática, inviável a desestatização do País.

Quanto à dívida externa, o Executivo parece também estar longe da realidade, o que transmite nova incerteza. Na reunião ministerial deste final de semana, o ministro Haddad, ao insistir no ritmo gradual da retomada do cres-

cimento, salientou que não pode ser no estilo JK, nem Delfim ou Geisel, pois estes implicaram empréstimos externos.

Ora, do jeito que o Brasil agora está lidando com a dívida, mesmo que quisesse o desenvolvimento via empréstimos externos, certamente não os obteria. O governo precisa compreender que esta via só será uma opção, dentre outras, caso o País passe a tratar nossos credores com mais seriedade. Por enquanto, ao contrário de vários dos nossos vizinhos latino-americanos, ainda estamos na condição de caloteiros.

Pois bem, apesar das incertezas provocadas pelo governo, nós também temos algumas certezas. Uma é a de que o saneamento das contas públicas é o meio de obter-se a queda nas taxas de juro sem explosão inflacionária. E este saneamento só se faz mediante ajuste fiscal, acompanhado, também, pelo acordo da dívida e pelas privatizações. Outra certeza é a de que, até agora, nossa sina foi sempre mexer em tudo na economia, tentar de tudo, porém deixar intocável o famigerado déficit público. Finalmente, a maior certeza é a de que boa parte dos políticos deve ter interesses muito pessoais nisso.



■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.